



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COMANP/SEPROB

Em atendimento ao solicitado pela COMANP, documento nº 1748737, segue manifestação com relação aos aspectos técnicos, notadamente em relação aos itens 2.2.3.1.1; 2.2.3.1.2; 2.2.3.1.3 e 2.2.5, do Edital de Chamamento Público nº 02/2021:

- Proposta 01 - Edificação existente para fins de Reforma:

1.1. Não foi apresentada a Planta de Situação, logo não é possível identificar a localização do imóvel. O documento nº 1747358 informa que o local não é atendido por transporte coletivo municipal;

1.2. Com base na planta baixa apresentada, não é possível analisar a acessibilidade do imóvel, notadamente em relação à NBR9050:2020, haja vista que não fornece dados suficientes do acesso em relação à rua, sinalização visual, rota acessível, etc. De igual modo, não é possível identificar se todas as características do item 3.1.10 do Anexo II são contempladas na edificação;

1.3. Em relação à Ergonomia, verifica-se que não apresenta condições ideais ao ambiente de trabalho, haja vista que não há iluminação e ventilação natural nos cômodos da edificação;

1.4. Não apresenta laudo de avaliação do imóvel emitido pela Caixa Econômica Federal;

- Proposta 02 - Edificação existente para fins de Reforma:

2.1. Com base na planta baixa apresentada, o imóvel não atende à NBR9050:2020 sob diversos aspectos, dentre eles: a proposta de acesso das pessoas com deficiência através da rampa de veículos, o que é totalmente inadmissível e contrário à legislação vigente; com base nas fotos, documento nº 1747361, podemos observar diversos desníveis internos existentes em relação aos cômodos, o que dificulta o acesso igualitário à todos os usuários; e, por fim, de acordo com a figura 16, o piso tátil está instalado de forma incorreta em relação à Norma. Ademais, verifica-se que o imóvel ofertado não se localiza em pavimento térreo e não dispõe de elevador, como solicitado no item 3.1.10 do Anexo II. De igual modo, não é possível identificar se todas as demais características desse item estão contempladas;

2.2. Em relação ao laudo de avaliação do imóvel emitido pela Caixa Econômica Federal, o mesmo é contrário à aceitação do imóvel, por motivo de falha na documentação do imóvel;

2.3. A área construída da edificação em questão (529,63m²) está bem acima das áreas estimadas no item 3.1.4. Em relação à esse aspecto, vale pontuar que a Resolução nº 23.369/2011 do TSE, estabelece como área máxima estimada para construção de novas edificações, sem computar a área do depósito de urnas, o valor de 169 m²;

- Proposta 03 - Terreno para futura Construção:

3.1. Não apresenta laudo de avaliação do terreno emitido pela Caixa Econômica Federal;

3.2. Com base nas plantas apresentadas, documento nº 1747366, verifica-se que o imóvel proposto não atende de forma satisfatória à NBR9050:2020, haja vista que de acordo com a legislação, em caso de edificações novas, deve existir no mínimo 01 sanitário acessível para cada sexo, com acesso independente. Não foram considerados nessa quantificação os sanitários do pavimento subsolo, haja vista que não resta clara a solução dada ao acesso dos usuários portadores de deficiência neste local.

Além disso, no corte longitudinal percebe-se a existência de um desnível de 50 cm do pavimento térreo em relação ao nível do passeio, que não foi resolvido em planta baixa, seja através de rampa e/ou plataforma. Além disso a planta baixa não apresenta informação sobre sinalização visual, rota acessível, etc. De igual modo, com base nos documentos apresentados não é possível identificar se todas as características do item 3.1.10 do Anexo II estão contempladas;

3.3. A área construída da edificação em questão (564,62 m²) está bem acima das áreas estimadas no item 3.1.4. Em relação à esse aspecto, vale pontuar que a Resolução nº 23.369/2011 do TSE, estabelece como área máxima estimada para construção de novas edificações, sem computar a área do depósito de urnas, o valor de 169 m²;

3.4. Em relação à Ergonomia, verifica-se que não apresenta condições ideais ao ambiente de trabalho, haja vista que não há iluminação e ventilação natural nos cômodos da edificação;

Diante do exposto acima, sob o ponto de vista técnico, podemos concluir que as propostas ofertadas não atendem às condições e/ou especificações do Projeto Básico da contratação pretendida.

À SEPROB, para conhecimento e providências.

Renata Maria Borges e Silva
Analista Judiciário - Arquiteta



Documento assinado eletronicamente por **Renata Maria Borges e Silva, Analista Judiciário**, em 03/11/2021, às 14:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1760277** e o código CRC **0BD7C309**.